



Ministério estimou em 47,3 milhões de injeções para serem distribuídas. Número, porém, era otimista e 25,5 milhões são esperadas. Foram incluídos imunizantes cuja fábrica não foi aprovada pela Anvisa e até um que não tem permissão para uso emergencial

Menos doses de vacina em abril

» BRUNA LIMA

O quadro superestimado da vacinação contra a covid-19 para abril, passado pelo Ministério da Saúde, começa a se adaptar à realidade e, por causa disso, a projeção de chegada de novos imunizantes já caiu pela metade. Mal começou o mês e a pasta atualizou o cronograma das doses, anunciando queda de 46% nas entregas: passou de 47,3 milhões para 25,5 milhões de injeções. Os números extremamente otimistas passados pelo governo federal evidenciam que, entre a contratação dos fármacos junto aos laboratórios e sua efetiva distribuição, a distância tem sido imensa.

Problemas na produção da Covishield pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), veto à Bharat Biotech — fabricante da Covaxin — pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o fato de a Sputnik V ainda não ter autorização para uso emergencial frustram os números estimados pelo governo federal — que as incluiu no seu quantitativo. Sem detalhar o quantitativo nas entregas de cada laboratório para abril, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, seguiu seu antecessor, Eduardo Pazuello, ao deixar pouco claro o quadro de entrega de imunizantes neste mês:

“A previsão é de 25,5 milhões de doses. Há atraso na entrega de duas principais indústrias nacionais: Butantan e Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). A questão da Bharat, vacina indiana, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) suspendeu a planta”, justificou, em audiência no Senado.

Problemas em série

Em análise técnica, a diretoria da Anvisa não só reprovou os documentos de boas práticas da Bharat, como desautorizou a importação de doses que tenham sido previamente produzidas até o momento, frustrando a chegada de 20 milhões de injeções: 8 milhões esperadas para março e outros 8 milhões para abril. Apesar de terem chegado, ontem, mais 225 litros de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA), suficiente para produzir 5,3 milhões de doses da vacina de Oxford/AstraZeneca, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) reduziu as entregas de abril, de 21,1 milhões para 18 milhões. O motivo

está ligado a uma intercorrência em uma das máquinas de envasamento, que atrasou o processo.

Com a matéria-prima que está no país, a fundação garante 35 milhões de doses a serem entregues ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). Mas, por enquanto, foram repassados 8,1 milhões de doses da vacina Covishield, sendo 4 milhões de doses importadas da Índia e 4,1 milhões produzidos até ontem.

Máquinas paradas

Já o problema do Instituto Butantan é a entrega de mais IFA. Mesmo prevendo 15,7 milhões de unidades para o mês, a instituição informou que, até o momento, só tem o suficiente para liberar mais 4,5 milhões em abril. Ou seja: mais uma vez, podem parar as máquinas à espera de novas liberações chinesas.

Na conta das doses esperadas para março, ainda há 400 mil unidades da Sputnik V, imunizante russo cuja documentação somente passou a ser analisada pela Anvisa há poucos dias. A União Química, responsável pela fabricação no Brasil, entrou com um novo processo para conseguir a inclusão no Programa Nacional de Imunização (PNI) em caráter urgente e temporário — mas o processo está suspenso, aguardando complementação de documentos.

A agência, porém, concedeu certificado de boas práticas à União Química, indicando a abertura do caminho para a aprovação do uso emergencial. A farmacêutica é a primeira a produzir do zero uma vacina em território nacional, tendo apresentado, esta semana, o lote-piloto do IFA. A empresa pretende conseguir produção nacional já este mês, para além das 20 milhões de doses acordadas com o governo federal.

Mesmo com contratos fechados com a Pfizer e a Janssen, as primeiras doses dos dois laboratórios não são esperadas para este mês. Na tentativa de acelerar as entregas e manter o ritmo da vacinação, com objetivo de alcançar 1 milhão de aplicações diárias, o ministro Marcelo Queiroga promete intensificar as tratativas internacionais. “Não é simples, mas estamos empenhados em usar todas as armas que temos”, garantiu aos senadores.

Bruno Dandas/TJRJ



Ministro é o primeiro chefe dos Poderes da República a se imunizar. E disse que o Judiciário tem “profunda deferência pela ciência”

Fux se imuniza e diz que dá exemplo

O ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), recebeu, ontem, a primeira dose da vacina contra o coronavírus, na sede do Museu da Justiça, no Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ), na região central do Rio. Com 67 anos, o ministro esperou na fila para receber o imunizante e, na saída, defendeu a ciência e a vacinação como saída para a crise sanitária.

“Hoje é um dia importante, porque na qualidade de homem público eu transmito o exemplo de ter tomado a primeira dose da minha vacina. Nós, do Judiciário, temos uma profunda deferência à ciência. Por isso é que dizemos sim à ciência e não à morte. Sim à vida e não à morte”, disse.

Ele acrescentou que “nós devemos nos unir para cuidarmos uns dos outros e, acima de tudo, conscientizar toda a sociedade que, se ela pretende ter espe-

rança, efetivamente, devemos nos vacinar todos”.

O magistrado, que é carioca, lembrou ainda que iniciou a carreira no prédio onde hoje recebeu a vacina. “Fui estagiário neste Tribunal do Júri, forjei minha carreira na magistratura aqui no Rio de Janeiro, minha família e toda a minha formação acadêmica e judicante”, afirmou. Além dele, os ministros Marco Aurélio Mello e Rosa Weber também informaram que já receberam as vacinas contra a covid-19.

Fux é o primeiro dos chefes dos Poderes da República a ser imunizado contra a doença. O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) — que preside o Senado e, por extensão, o Legislativo — já anunciou que, quando chegar a faixa etária a qual pertence, também vai se vacinar. A mesma garantia foi dada pelo

presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL).

Fura-filas

Ainda no Rio de Janeiro, o decreto do governador em exercício, Cláudio Castro, que instituiu um novo calendário de vacinação contra a covid-19 no estado, entrou na mira do Ministério Público e da Defensoria Pública fluminenses. Os órgãos se uniram em uma ação conjunta para derubar a medida.

Pelo cronograma, a imunização dos profissionais das forças de segurança e da educação deve começar no mesmo período reservado aos idosos e, portanto, antes das pessoas com comorbidades.

Na avaliação do MP e da Defensoria, a mudança nos grupos prioritários estabelecidos pelo governo federal “institucionalizou o fura fila”. Os órgãos defendem o término da vacinação dos idosos, obedecida a ordem de

faixa etária, da mais alta para a mais baixa, antes do avanço para outros grupos.

“O decreto estadual inverte, sem qualquer respaldo técnico e científico, a ordem de vacinação em território estadual”, diz um trecho da ação. “O referido decreto institucionalizou o ‘fura fila’, passando categorias previstas no Plano Nacional de Imunização para momento posterior”, acrescentam promotores e defensores.

O decreto em questão foi publicado no Diário Oficial do Estado na última terça-feira. Castro disse que o objetivo da medida é alinhar as campanhas de vacinação no estado, evitando que as pessoas busquem imunização em outros municípios. A adoção do calendário único pelas prefeituras, no entanto, é facultativa. Pelo cronograma, trabalhadores das forças de segurança e da educação começam a receber a primeira dose ainda em abril.



Rumo à pior semana da pandemia

O Brasil confirmou, ontem, mais 2.922 mortes por covid-19, totalizando 328.206 pela doença desde o início da pandemia. Com médias móveis em altos patamares, a probabilidade é de que o país encerre a semana epidemiológica 13, que fecha hoje, com recorde de óbitos pela sexta vez consecutiva — o que seria o pior período do surto infeccioso. A previsão é de que os números se mantenham elevados até, pelo menos, meados de abril.

Faltando um dia para fechar a semana epidemiológica, o Brasil acumulou 17.656 novas mortes nos últimos seis dias, apenas 142 registros a menos do que toda a

soma de atualizações da semana 12. Desde o fim de fevereiro, o país fecha os balanços semanais batendo recorde de novos óbitos.

As unidades de terapia intensiva (UTIs) lotadas e filas de espera por um leito na casa dos milhares indicam que a situação continuará se agravando a curto prazo, mesmo com a intensificação das medidas restritivas na maior parte do país. “É importante lembrar que as medidas de restrição de mobilidade, adotadas nos últimos dias por diversas prefeituras e estados, ainda não produziram efeitos significativos sobre as tendências de alta de todos os indicadores que vêm sendo monitorados”, salientou o mais

recente relatório do Observatório Covid-19, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), divulgado na última terça-feira.

No boletim, os pesquisadores indicaram que todas as unidades da Federação, com exceção do Amazonas e de Roraima, estão com mais de 80% de ocupação dos leitos de UTIs, o que indica níveis críticos de funcionamento. “A incapacidade de diagnosticar corretamente os casos graves, somada à sobrecarga dos hospitais, num processo que vem sendo apontado como o colapso do sistema de saúde, tem elevado a letalidade da doença, dentro e fora de hospitais”, explicou o documento da Fiocruz.

As medidas restritivas só devem começar a se refletir em menos mortes quando o sistema de saúde voltar a funcionar com menos pressão e os novos casos começarem a diminuir. Os primeiros sinais de redução de infecções podem ser vistos, ainda que com cautela, já no fechamento desta semana 13.

Ao contrário das mortes, a expectativa é de que haja uma redução de casos, após cinco semanas de aumentos. Por enquanto, são 419.720 registros positivos no acumulado dos últimos seis dias. Ontem, foram acrescentados 70.238, somando 12.910.082 infecções desde o início da pandemia. (BL)

Savo Prelevic/AFP



Documentação da Sputnik V está travada por inconsistência de dados